



Impactos da mineração no Cerrado e a resistência da comunidade quilombola São Joaquim, em Porto Alegre-Tocantins

Impacts of mining in the Cerrado and the resistance of the quilombola community São Joaquim, in
Porto Alegre-Tocantins

1 Helém Nilma Rodrigues Valadares  <https://orcid.org/0009-0009-6534-4916>

1. Universidade Federal do Tocantins  Porto Nacional, Tocantins

2 Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves  <https://orcid.org/0000-0002-8033-0426>

2 Universidade Estadual de Goiás  Iporá, Goiás

Autor de correspondência: helemnilmrodriguesvaladares@gmail.com

RESUMO

O presente artigo examina os impactos da mineração na comunidade quilombola São Joaquim, localizada em Porto Alegre-TO, no bioma Cerrado e abrange as esferas ambiental, social e econômica. O objetivo principal é avaliar como a atividade mineradora influencia essa comunidade tradicional, com ênfase nas consequências para o meio ambiente e a qualidade de vida dos moradores. A metodologia inclui uma análise crítica de bibliografia relevante e estudos de caso, que permitem contextualizar histórica e contemporaneamente as operações de mineração na região. Os resultados apontam que, embora a mineração ofereça vantagens econômicas, como a geração de empregos, os custos socioambientais são significativos e afeta o solo, polui os recursos hídricos e resulta na perda de territórios. Além disso, prejudica tanto a sustentabilidade da comunidade quanto a integridade ecológica do Cerrado. Faz-se necessário à revisão urgente das políticas públicas e das práticas mineradoras para promover um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental e, assegurar a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e a conservação do bioma Cerrado.

Palavras-chave: Mineração. Comunidade Quilombola. Cerrado.

ABSTRACT

This article examines the impacts of mining on the São Joaquim quilombola community, located in Porto Alegre-TO, in the Cerrado biome and covers the environmental, social and economic spheres. The main objective is to evaluate how mining activity influences this traditional community, with an emphasis on the consequences for the environment and the quality of life of residents. The methodology includes a critical analysis of relevant bibliography and case studies, which allow the historical and contemporary context of mining operations in the region. The results indicate that, although mining offers economic advantages, such as job creation, the socio-environmental costs are significant and affect the soil, pollute water resources and result in the loss of territories. Furthermore, it harms both the sustainability of the community and the ecological integrity of the Cerrado. It is

necessary to urgently review public policies and mining practices to promote a balance between economic development and environmental preservation and ensure the protection of the rights of traditional communities and the conservation of the Cerrado biome.

Keywords: Mining. Quilombola. Community. Closed.

Introdução

Os quilombos, campos férteis da tradição africana e afro-brasileira, desempenham um papel fundamental na preservação dos saberes e das tradições ancestrais. Através da transmissão de seus costumes de geração em geração, os mais velhos compartilham histórias e práticas milenares, garantindo assim a continuidade e a perpetuação da rica memória de seu povo.

De acordo com Souza (2012), a identidade de uma comunidade quilombola é construída mediante uma correlação profunda com seu território. Essa construção baseia-se nos saberes e tradições presentes no modo de vida, nas crenças, na cosmovisão, nas manifestações artísticas e culturais. Estes estão entre alguns saberes preservados, tornando um território impregnado de significações relacionado à resistência cultural. Segundo Halbwachs (1990), somente quando a tradição se reinventa ela pode perdurar e a memória tem um papel fundamental nesse processo de reafirmação identitária.

As comunidades quilombolas estão presentes em praticamente todos os estados brasileiros, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares. Segundo a historiografia, o Quilombo dos Palmares, localizado na serra da Barriga, que hoje faz parte do estado de Alagoas, foi o quilombo mais representativo formado durante o período colonial. Palmares resistiu por mais de um século a diversas tentativas de extermínio e foi destruído em 1694, em um dos episódios mais sangrentos da história do Brasil. Nesse trágico evento, uma comunidade composta por cerca de 20 mil pessoas foi dizimada por tropas governamentais, e o seu líder, Zumbi, tornou-se um símbolo moderno da resistência dos africanos ao regime de escravidão no Brasil (BRASIL, 2020).

Amicrorregião de Dianópolis – situada na mesorregião Oriental do Tocantins, nosudeste do Estado, ocupada por vinte municípios – possui cinco comunidades quilombolas, sendo uma situada no município de Dianópolis (Comunidade Lajeado), duas em Porto

Alegredo Tocantins (Comunidades Laginha e São Joaquim) e duas em Almas (Comunidades Baião e Poço Dantas).

A área selecionada para a realização do artigo é a comunidade quilombola São Joaquim, localizada no município de Porto Alegre, região Sudeste do estado do Tocantins, a aproximadamente 315 km da capital Palmas. A comunidade faz divisa com os municípios de Rio da Conceição, Dianópolis e Almas e, está situada a apenas 1 km do mega-projeto de mineração de ouro em execução em Almas-TO. Essa região tem uma longa história de exploração mineral, sendo uma das primeiras áreas do antigo território norte goiano a ser explorada na corrida pelo ouro no século XVIII.

Desde 2022, um mega-projeto de mineração de ouro está em execução no município de Almas-Tocantins, licenciado pela empresa Aura Mineral. O empreendimento tem movimentado a economia local, ao mesmo tempo em que levanta preocupações significativas sobre os impactos ambientais e sociais, especialmente pela mínima proximidade de comunidades tradicionais, como a comunidade quilombola São Joaquim, situada no município de Porto Alegre-TO.

O estudo torna-se imprescindível diante da necessidade de analisar os impactos da mineração sobre a comunidade quilombola São Joaquim, considerando as esferas acadêmica, política e social. No âmbito acadêmico, justifica-se pela carência de pesquisas que tratem de maneira abrangente e atualizada os efeitos dessa atividade em comunidades tradicionais. A mineração, apesar de relevante para a economia regional, frequentemente negligencia as consequências socioambientais que afetam profundamente as populações quilombolas, gerando uma lacuna na compreensão de seus impactos de longo prazo.

Objetivos

O objetivo dessa investigação fundamenta-se na análise de instalação de megaprojeto de mineração no cerrado, especificamente no município de Porto Alegre-TO, na comunidade quilombola São Joaquim. Buscou-se identificar os impactos decorrentes da atividade mineradora na questão ambiental tanto social, fator de repercussão negativa

para comunidades tradicionais que residem nas proximidades da área explorada por mineradoras. Assim, esta pesquisa visa identificar os desafios gerados pela mineração quanto a propor soluções que assegurem a continuidade dos modos de vida quilombolas e a proteção de seus direitos.

Metodologia

A metodologia inclui uma análise crítica de bibliografia relevante e estudos de caso, que permitem contextualizar histórica e contemporaneamente as operações de mineração na região. Com pesquisas em artigos, dissertações de mestrado, visitas diretamente à comunidade quilombola, registros fotográficos. Para construção de pesquisa de abordagem qualitativa, fez-se necessário também a realização de entrevistas com pessoas pertencentes à comunidade quilombola investigada. Para a realização dessa pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa, com análise em pesquisas fundamentados em autores Alves, Carneiro, Gonçalves (2020); Batista (2019); Bonilla (2023); Carvalho (2022); Habwachs (2017); Lamoso (2017); Mazzeto Silva (2006).

Discussão dos Resultados

1. Impactos do projeto de mineração na comunidade quilombola São Joaquim

A mineração é uma atividade econômica de grande relevância para o desenvolvimento de diversas regiões do Brasil, sendo responsável pela extração de minerais essenciais para a indústria e para a infraestrutura do país (Alves *et al.*, 2020). No entanto, essa atividade também está associada a uma série de impactos socioambientais, especialmente quando realizada em áreas sensíveis, como territórios de comunidades quilombolas. A comunidade quilombola São Joaquim, localizada em Porto Alegre, no estado de Tocantins, encontra-se diante desse desafio, com o recente lançamento de um projeto de mineração em sua região (Santos, 2023).

A comunidade quilombola São Joaquim é uma das muitas comunidades quilombolas do Brasil, reconhecida por sua história de resistência e pela luta contínua pela preservação de seus territórios e culturas ancestrais. Para as comunidades tradicionais, como a de

São Joaquim, o Cerrado tem uma importância vital, não apenas por sua biodiversidade, mas também por fornecer recursos essenciais para a subsistência, práticas culturais e espirituais, reforçando a conexão entre o meio ambiente e suas tradições de vida. A preservação dos aspectos ancestrais dessa comunidade tradicional é fundamental para a manutenção de suas identidades e modos de vida de seu povo.

O histórico da mineração em comunidades quilombolas no Brasil é marcado por séculos de exploração mineral que muitas vezes ocorreram à custa dos direitos e da dignidade dessas comunidades. Desde os tempos coloniais, a busca por recursos minerais motivou a expansão territorial e econômica do país, frequentemente sobrepondo-se aos territórios tradicionais quilombolas. Regiões como Minas Gerais e Mato Grosso foram emblemáticas nesse processo, em que a exploração de ouro e diamantes impactou diretamente as comunidades quilombolas que ali habitavam (Lamoso, 2017).

Além dos impactos diretos sobre as comunidades e seus territórios, a presença da mineração intensificou conflitos territoriais e sociais, gerando tensões entre empresas mineradoras, governos e comunidades locais. A luta pela defesa dos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas contra a expansão da mineração têm sido constante ao longo da história do país, marcada por resistência, mobilização e ativismo (Nascimento *et al.*, 2022).

A mineração em Almas representa uma ameaça ao bioma Cerrado, o segundo maior bioma do Brasil e conhecido como a "caixa d'água" do país, por abrigar nascentes de importantes bacias hidrográficas. A atividade mineradora, por sua natureza destrutiva, provoca a degradação de áreas significativas do Cerrado, com desmatamento, poluição de corpos hídricos e perda de biodiversidade acarretando também impactos negativos na vida de povos tradicionais que habitam esse território.

Do ponto de vista político, o tema ganha relevância no debate sobre a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e a regulação das atividades mineradoras no Brasil. O crescimento da exploração mineral no país levanta questões sobre a eficácia das políticas públicas em proteger essas populações e seus territórios. A análise dos efeitos danosos da mineração próximo ao território quilombola de São Joaquim pode

auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas que promovam um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a salvaguarda dos direitos dessas comunidades.

Socialmente, a urgência do tema é evidente, dado o impacto direto da mineração na sobrevivência e nas práticas culturais das comunidades quilombolas, que dependem dos recursos naturais do Cerrado. A comunidade São Joaquim, como muitas outras, enfrenta ameaças à preservação de seus territórios e à garantia de recursos essenciais, como água e terra.

Além disso, o trabalho visa promover uma conscientização mais ampla sobre os impactos da mineração sobre comunidades tradicionais, incentivando debates e ações que melhorem suas condições de vida e garantam uma integração mais equitativa entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos modos de vida quilombolas. Assim, ao lançar luz sobre a resistência da comunidade São Joaquim frente aos desafios impostos pela mineração, o estudo busca contribuir para um diálogo mais justo entre os interesses econômicos e os direitos das populações tradicionais.

2. Histórico da comunidade quilombola São Joaquim

A Comunidade Quilombola São Joaquim, localizada em Porto Alegre do Tocantins, possui uma rica história marcada por lutas e resistências. Como muitas outras comunidades quilombolas no Brasil, São Joaquim foi formada por descendentes de africanos escravizados que, ao fugirem das fazendas e engenhos, procuraram refúgio em áreas isoladas, longe do controle das autoridades coloniais. Esses grupos estabeleceram-se em regiões de difícil acesso, onde podiam viver de forma autônoma e preservar sua cultura.

Nesse contexto, o surgimento de São Joaquim remonta ao final do século XIX, período em que o Brasil passava por profundas transformações econômicas e sociais com o fim da escravidão. A abolição, ocorrida em 1888, não trouxe de imediato a liberdade plena para os ex-escravos, que enfrentaram dificuldades para se inserir na sociedade livre. Em resposta a essas adversidades, muitos optaram por se estabelecer em comunidades isoladas, como foi o caso dos fundadores de São Joaquim, que se organizaram em torno de valores de solidariedade e coletividade (Batista, 2019).

Figura 1: Casarão de D. Joana – Comunidade quilombola São Joaquim.



Fonte: Registro Fotográfico – Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola São Joaquim, Porto Alegre-TO, autores (2024).

Figura 2: a) Forno caseiro de barro para uso doméstico. b) Placa de identificação na entrada na comunidade quilombola São Joaquim.



Fonte: Registro Fotográfico – Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola São Joaquim, Porto Alegre-TO, autores (2024).

Consta na memória dos habitantes mais velhos da comunidade que os primeiros moradores são povos oriundo de Pilão Arcado na Bahia, e que foram trazidos pelo

bandeirante Bernardo Homem para trabalharem como escravos nas minas de ouro da região. “Nessa época existia o capitão do mato que antes trabalhava como bandeirante, e logo depois passou a ser um mandado pelos seus para capturar os negros que fugiam das “senzalas”, como aponta Dona Domingas (entrevista – Valadares, 2008).

Inicialmente, a comunidade de São Joaquim era composta por poucas famílias, que viviam de agricultura de subsistência, pesca e do extrativismo vegetal. Esses primeiros habitantes enfrentaram inúmeros desafios, incluindo a falta de acesso a terras legalizadas, perseguições de fazendeiros e autoridades locais, e o isolamento geográfico. Contudo, a união e a forte identidade cultural ajudaram na sobrevivência e crescimento de comunidade (Xavier, 2019).

Ao longo das décadas, São Joaquim consolidou-se como um espaço de resistência cultural e social. A preservação das tradições africanas, manifestadas através da música, dança, culinária e religião, foi um dos pilares fundamentais para a coesão da comunidade. Assim, as festas tradicionais, como o congado e a festa do divino, tornaram-se elementos centrais na manutenção da identidade quilombola e no fortalecimento dos laços comunitários (Santos; Da Silva; Coelho, 2019).

A luta pela terra sempre esteve no centro da história da comunidade. Durante grande parte do século XX, os moradores de São Joaquim enfrentaram tentativas de expulsão por parte de fazendeiros e grileiros interessados nas terras férteis da região. Esses conflitos agrários foram marcados por episódios de violência, mas também pela resistência organizada da comunidade, que utilizou de estratégias legais e de mobilização social para garantir seus direitos (Carvalho, 2022).

Ademais, a resistência da comunidade culminou em importantes vitórias nas últimas décadas. No final dos anos 1990, São Joaquim foi oficialmente reconhecida como uma comunidade quilombola pelo governo brasileiro, o que garantiu o direito à posse coletiva das terras. Esse reconhecimento foi resultado de um longo processo de articulação política e jurídica, com o apoio de organizações de direitos humanos e movimentos sociais (Santos, 2020).

Além disso, o reconhecimento territorial trouxe para São Joaquim acesso a políticas públicas específicas voltadas para a melhoria das condições de vida da comunidade.

Programas de educação, saúde e infraestrutura foram implementados, embora ainda enfrentem desafios de execução e alcance. Dessa forma, a luta pela efetivação desses direitos continua sendo uma realidade para os moradores de São Joaquim (De Mello, 2014).

Nesse sentido, a comunidade também tem buscado formas de se inserir no contexto econômico mais amplo, sem perder sua identidade cultural. A agricultura familiar, por exemplo, tem se diversificado, incorporando práticas sustentáveis e produtos orgânicos, visando tanto à subsistência quanto à geração de renda. Iniciativas de turismo comunitário também começaram a ser desenvolvidas, valorizando a cultura quilombola e atraindo visitantes interessados em conhecer essa rica história (Viana, 2020).

Outro aspecto importante da história de São Joaquim é a resistência cultural. Mesmo diante de pressões externas, a comunidade tem mantido vivas suas tradições, passando-as de geração em geração. Nesse processo, a oralidade desempenha um papel fundamental, com os mais velhos ensinando aos mais jovens as histórias, cantos e práticas que formam a base da identidade quilombola (Bonilla, 2023).

Na atualidade, São Joaquim enfrenta novos desafios que ameaçam sua continuidade, incluindo a pressão de grandes empreendimentos, como a mineração, o agronegócio e o projeto de fruticultura irrigada. Essas atividades representam uma ameaça ao modo de vida tradicional e ao meio ambiente da região, e têm sido alvo de resistência por parte da comunidade, que busca preservar suas terras e recursos naturais (Pereira; Pimenta; Pereira, 2017).

Apesar dessas ameaças, a comunidade de São Joaquim continua a se mobilizar, fortalecendo suas alianças com outras comunidades quilombolas, movimentos sociais e organizações não governamentais. Essa rede de solidariedade tem sido essencial para enfrentar os desafios impostos pelo desenvolvimento econômico e para garantir a continuidade da luta pela terra e pelos direitos quilombolas (Zukowski *et al.*, 2008).

Por conseguinte, a identidade quilombola, marcada pela luta e pela resistência, é uma característica central na vida dos moradores de São Joaquim. A comunidade tem mostrado que, mesmo diante das adversidades, é possível manter viva uma cultura que valoriza a coletividade, a solidariedade e o respeito ao meio ambiente (Guglielmi, 2019).

O reconhecimento legal da comunidade como quilombola foi um marco, mas a luta por direitos plenos continua. São Joaquim segue enfrentando desafios relacionados à posse da terra, à preservação ambiental e à manutenção de suas tradições culturais em um contexto de crescente pressão externa (Pizzio; Lopes, 2016).

3. Mineração, cerrado e quilombo.

A retirada da vegetação nativa compromete a integridade ecológica do Cerrado, afeta diretamente a fauna e flora locais, além de agravar o processo de desertificação. Com a eliminação da vegetação, a capacidade do solo de reter água é drasticamente reduzida, o que pode intensificar a escassez hídrica, especialmente em comunidades tradicionais que dependem diretamente desses recursos, como a comunidade quilombola São Joaquim. O Rio Manuel Alves, um dos principais cursos d'água da região, já está sob risco de contaminação por substâncias tóxicas oriundas da mineração, o que pode prejudicar a qualidade da água consumida pela comunidade e utilizada para a irrigação de suas plantações.

Para as comunidades e povos que lutam em defesa dos territórios de vida, as resistências são construídas com a consciência de que proteger o Cerrado significa salvaguardar a dádiva das águas. Por isso, reconhecem que a mineração se tornou uma ameaça aos seus modos de vida e saberes-fazeres vernaculares. O modelo de mineração dependente do uso intensivo de água, que impõe a amputação das paisagens pelos ritmos de extração para exportações, e representa a antinomia da existência dos povos do Cerrado e suas formas de conceber e relacionar com os bens naturais (Gonçalves, 2022).

Figura 3: a) Rio Manoel Alves – nas terras da comunidade quilombola. b) Roça de toco - no quintal de D. Joana – comunidade São Joaquim.



Fonte: Registro Fotográfico – Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola São Joaquim, Porto Alegre-TO, autores (2024).

O impacto no Cerrado, portanto, vai além da perda de espécies vegetais e animais, refletindo diretamente no modo de vida de comunidades que dependem do equilíbrio ecológico desse bioma. A poluição e a destruição ambientais causadas pela mineração podem afetar negativamente a produção de alimentos, a criação de animais e a cultura tradicional de subsistência da comunidade quilombola São Joaquim.

A inevitabilidade da mineração e a ideia e a lógica do progresso é suficiente para ignorar e invisibilizar as comunidades do território, tendo suas economias desvalorizadas e menosprezadas, sempre colocadas como inferiores perante o ritmo extrativista, ao passo que o extrativismo e seus impactos socioambientais são determinantes para exacerbar as crises das economias locais, facilitando que outros atores de “desenvolvimento” ocupado e se apropriem dos territórios (Svampa, 2019)

A relevância do Cerrado nas comunidades tradicionais é profundamente enraizada e multifacetada, mas com a expansão do agronegócio e a implantação de mineradoras surge a preocupação do desaparecimento de uma rica diversidade biológica e as interferências no modo de vida das comunidades tradicionais. Nesse sentido, Isolete Wichinieski, no filme *Sertão*, tece fala que consiste em:

Uma das questões principais que se tem pautado hoje é a questão dos impactos que as grandes monoculturas da soja, da cana, do algodão, os grandes projetos de infraestrutura e a mineração têm impactado em muitas comunidades, e essas comunidades, elas têm uma tradição, elas é que são, vamos dizer assim, os verdadeiros guardiões desse patrimônio que é um

patrimônio riquíssimo para nós brasileiros e para América do Sul que são as comunidades tradicionais, os próprios assentamentos, os agricultores familiares que defendem esse bioma e que não defendem só na fala mas no seu cotidiano na sua conservação na sua convivência com esse bioma (Sertão, 2016).

A implantação dessas monoculturas e atividades ligadas à mineração não têm levado em consideração os povos quilombolas. A invisibilidade dos povos tradicionais é resultado da persistente influência colonial no domínio do conhecimento e do poder. Esta invisibilidade atua como um obstáculo à plena integração das contribuições e saberes desses povos num projeto de desenvolvimento regional, que se diferencia do padrão de subdesenvolvimento que prevaleceu nas últimas cinco décadas, com a implantação dos grandes empreendimentos no cerrado. Destaca-se o posicionamento de Mazzeto (2006).

Comunidades indígenas e camponesas (negras e mestiças) habitavam e habitam vários lugares deste vasto espaço dos Cerrados. A partir deles, podemos perceber que existem mais de 50 territórios indígenas e mais de 100 comunidades remanescentes de quilombos na área do domínio do Cerrado e suas áreas de transição. Além disso, ao contrário do que poderia transparecer, a agricultura familiar tem presença significativa nos estados que tem maior percentual de seu território na região do Cerrado (Mazzeto, 2006, p. 69).

A preservação da identidade e dos saberes das comunidades tradicionais é de suma importância. É essencial valorizar a riqueza cultural, os conhecimentos ancestrais e as práticas transmitidas ao longo de gerações por essas comunidades. Isso não apenas enriquece a diversidade cultural, mas também contribui para o entendimento e a preservação de formas de vidas sustentáveis e em harmonia com o meio ambiente. Nesse liame, conforme preceitua Diegues *et al.*, (2001) o saber tradicional é:

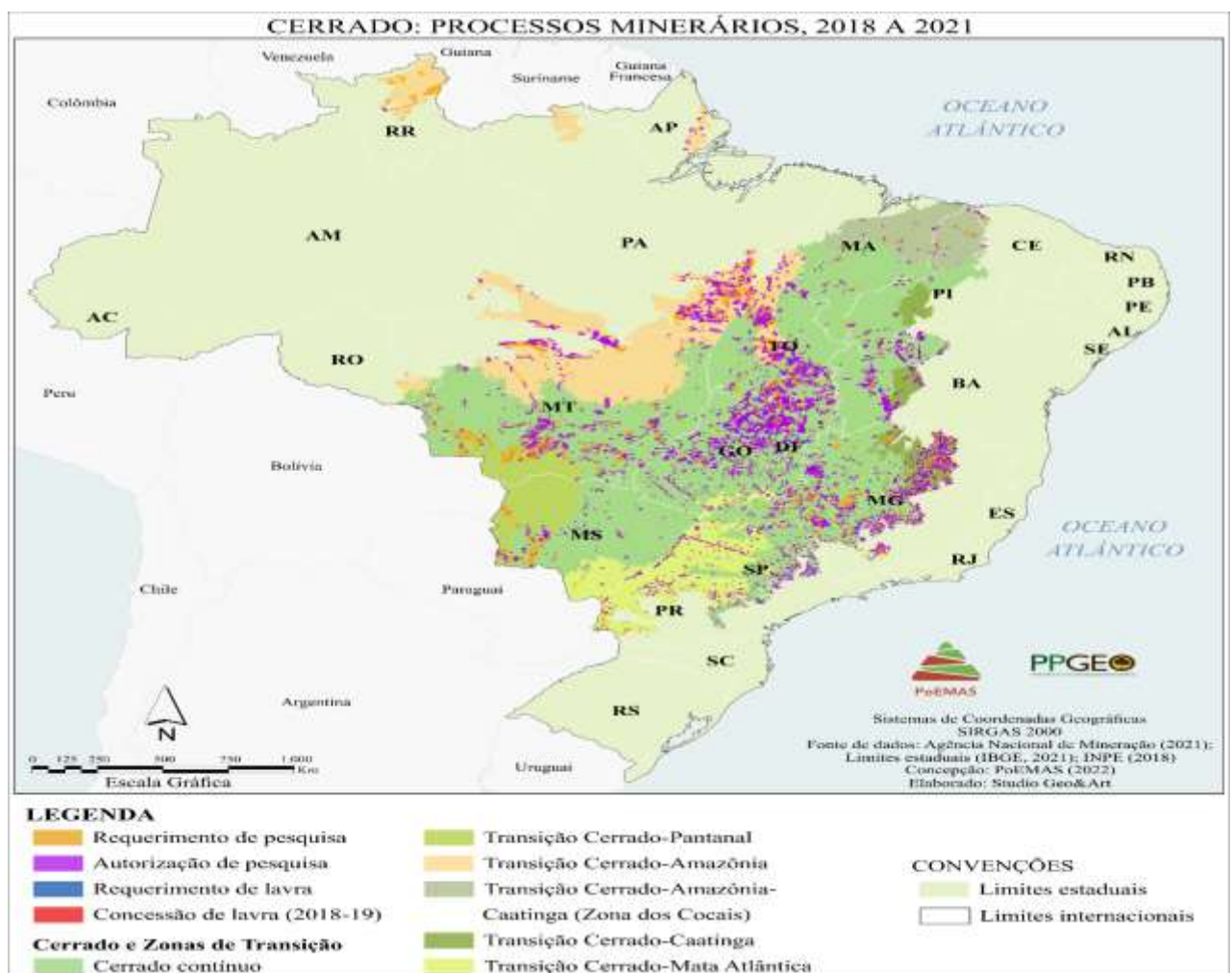
O saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies (Diegues, 2001, p. 42).

Conforme esses autores, os saberes preservados por essas comunidades são importantes para a conservação desses saberes, assim sendo repassados de gerações a gerações. No entanto, esse panorama vem ganhando resistência, principalmente com as

atividades extrativistas implantadas no cerrado, fator que está colocando em risco não somente à vida humana, mas os saberes dessas comunidades tradicionais.

O impacto decorrente das grandes empreitadas no âmbito do cerrado transcende não apenas as comunidades tradicionais e a população rural, mas alcança a totalidade do espectro social. Quando se trata da atividade mineradora de cunho predatório, seu alcance abrange a generalidade da sociedade, tornando-se imperativo conceber estratégias eficazes para conter essas iniciativas.

Figura 4: Cerrado brasileiro – processos minerários (2018 a 2021).



Fonte: O cercamento do subsolo do Cerrado e de transição com outros biomas-territórios. Crédito: Poemas, Gonçalves, (2022).

O mapa acima revela que o subsolo nos territórios do Cerrado está em disputa. Essa disputa é expressão do processo de cercamento através dos processos minerários ativos no período entre 2018 e 2021. Neste intervalo foram realizados 12.518 requerimentos e autorizações de pesquisas, e 226 requerimentos e concessões de lavra (ANM, 2022).

Com foco nas áreas contínuas do Cerrado, destaca-se a apropriação do subsolo no leste de Mato Grosso; centro, norte e nordeste de Goiás; e sul e leste do Tocantins. Nas regiões de Goiás e Tocantins, ressalta-se a existência histórica de populações camponesas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. (Gonçalves, 2022).

Nesse contexto, a apropriação do subsolo nas áreas mencionadas intensifica os conflitos socioambientais, principalmente nas comunidades tradicionais como os quilombos e territórios indígenas. A expansão das atividades mineradoras, ao pressionar esses territórios, gera não apenas impactos ambientais, como a degradação dos ecossistemas do Cerrado, mas também consequências socioeconômicas, como o deslocamento forçado, a perda de meios de subsistência e a desestruturação cultural dessas populações.

Os saberes das comunidades tradicionais no Cerrado englobam uma vasta gama de conhecimentos, abrangendo desde práticas de manejo sustentável da terra e dos recursos naturais até técnicas agrícolas adaptadas às condições locais. Esses conhecimentos têm sido fundamentais para a subsistência dessas comunidades, garantindo não apenas a produção de alimentos, mas também a preservação do equilíbrio ambiental da região.

No entanto, é importante destacar que a implantação de mineradoras e o avanço do agronegócio na região têm causado impactos significativos sobre essas comunidades e seus saberes. A extração predatória de minérios resulta em danos ambientais irreparáveis, contaminação de solos e recursos hídricos, além de deslocamento forçado das populações locais.

Considerações Finais

A análise dos impactos da mineração na comunidade quilombola de São Joaquim, em Porto Alegre-TO, revela a complexidade das relações entre atividades econômicas e

comunidades tradicionais. Em primeiro lugar, a exploração mineral na região, embora contribua significativamente para a economia local através da geração de empregos e investimento em infraestrutura, também impõe sérios desafios ambientais e sociais para a comunidade. A degradação do solo, a poluição dos corpos d'água e as alterações nos ecossistemas são consequências diretas da mineração, que comprometem a qualidade ambiental da região e afetam adversamente os recursos naturais dos quais a comunidade quilombola depende para sua subsistência e práticas culturais.

Ademais, os impactos sociais da mineração são igualmente preocupantes. A transformação das condições de vida da comunidade quilombola de São Joaquim, resultante do deslocamento forçado e das mudanças no modo de vida tradicional, evidencia a necessidade urgente de medidas que protejam os direitos e o patrimônio cultural das comunidades afetadas. A análise revelou que, embora a mineração possa oferecer benefícios econômicos, esses benefícios são frequentemente acompanhados por custos sociais elevados, que incluem a perda de terras e a erosão das práticas culturais tradicionais.

Além disso, a avaliação econômica da mineração em São Joaquim mostra uma dualidade de efeitos. Enquanto a atividade mineradora pode gerar oportunidades econômicas e emprego para a população local, os custos associados à degradação ambiental e aos impactos sociais muitas vezes superam esses benefícios, prejudicando a sustentabilidade econômica e social a longo prazo. É evidente que a falta de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental compromete a qualidade de vida da comunidade, tornando essencial a implementação de práticas mineradoras mais sustentáveis.

Portanto, para promover um desenvolvimento mais equilibrado e justo, é fundamental que políticas públicas e práticas de mineração sejam reavaliadas e ajustadas. Recomenda-se a adoção de estratégias que integrem a proteção ambiental com o respeito aos direitos das comunidades tradicionais, garantindo que a exploração mineral não comprometa o bem-estar das comunidades quilombolas. Somente através de um enfoque holístico e inclusivo, que considere tanto os benefícios econômicos quanto os

impactos negativos, será possível alcançar um desenvolvimento sustentável que respeite e preserve o patrimônio cultural e ambiental das comunidades afetadas.

Referências

ALVES, Silva da Murilo. CARNEIRO, Gonçalves Karine. SOUZA, Ribeiro de Tatiana. TROCATE, Charles. ZONTA, Márcio (Org.) **Mineração Realidades e Resistências**. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo-2020.

ANM. Disponível em: <<https://www.gov.br/anm/pt-br>>.

BATISTA, Leonardo Matheus Barnabé. **Cultura, território e ambiente: uma análise jurídica da sobreposição de territórios quilombolas por unidades de conservação no Jalapão**. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2019.

BONILLA, Marcus Facchin. **Aspectos sobre o modalismo nas práticas musicais na região do Jalapão no Tocantins**. Universidade Federal de São João del-Rei, 2023.

BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em:<https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em 20/08/2020.

CARVALHO, Jessica Cardoso. **Capim dourado: artes do cerrado e as cosmopolíticas quilombolas**. Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022.

DE MELLO, Janaina Cardoso. **A cultura Xerente e seu artesanato dourado. Patrimônio, memória e registro na região do Jalapão–Tocantins/The Xerente culture and its golden handicrafts. Heritage, memory and registry in the region of Jalapão-Tocantins**. Patrimônio e Memória, v. 10, n. 2, p. 75-90, 2014.

DIEGUES, A C. - 1988. **Biological diversity and coastal traditional cultures: the caiçaras communities**. São Paulo, UICN/NUPAUB-USP.

GONÇALVES, Ricardo Júnior de Assis Fernandes. **Mineração e cercamento das águas do Cerrado**. 2022. Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/369-mineracao-e-cercamento-das-aguas>

GUGLIELMI, Fabiana Abate. **Quilombo dourado: um documentário sobre a comunidade quilombola mumbuca do Jalapão**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

LAMOSO, L. P. **Os territórios da mineração sob a lógica da acumulação financeira no capitalismo contemporâneo**. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 718-736, dez. 2017.

MAZZETO SILVA, C. E. **Os Cerrados e a Sustentabilidade: Territorialidades em Tensão**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ 2006.

PEREIRA, Samanta Borges; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; PEREIRA, Viviane Guimarães. **Turismo como estratégia de (des) envolvimento rural em região atingida pela mineração**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 13, n. 2, 2017.

PIZZIO, Alex; LOPES, José Rogério. **Controvérsias acerca da certificação de indicação geográfica do capim dourado do Jalapão: o caso da comunidade Mumbuca**. Mateiros (TO). Políticas Culturais em Revista, v. 9, n. 2, 2016.

SANTOS, Cláudia Borges dos. **“De fraco a forte”: estratégias políticas dos movimentos quilombolas no Tocantins**. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Levi Manoel dos. **Novos projetos de mineração na nova configuração do poder global do século XXI: as novas características da mineração transnacional sobre o território do MATOPIBA e a sua dominação ecológica**. 2022. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SERTÃO cerrado. **Comissão Pastoral da Tocantins do Cerrado**. Direção: Dagmar Talga. Essá Filmes, Brasil, 2016.

SILVA, Ana Claudia Matos da. **Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca Jalapão-TO**. Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos, Identidade e História**. 1.ed-Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

VALADARES, Aniel Rodrigues. **Aspectos socioculturais e econômicos sobre o modo de produção da comunidade afrodescendente São Joaquim no município de Porto Alegre - TO**. 2012. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2012.

VIANA, Rebeca Verônica Ribeiro. **O Cerrado segundo jovens do Quilombo Mumbuca, Jalapão (TO): pesquisa participativa de base comunitária por meio de narrativas visuais**. Universidade de São Paulo (USP). 2020. Tese de Doutorado.

XAVIER, Jonathas Adonias. **Comunidades quilombolas no Jalapão–TO, e os territórios e identidades territoriais**: Carrapato, Formiga e Ambrósio. Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019.

ZUKOWSKI, Junior et al. **Sustainability as a proposal for deployment of electrical energy in maroon isolated communities in Jalapao-TO, Brazil**; Sustentabilidade como proposta para implantacao de energia eletrica em comunidades isoladas e quilombolas no Jalapao-TO. **Congresso internacional sobre geração distribuída e energia no meio rural, Fortaleza, CE (Brasil)**, 2008.

Recebido: 21/02/2025 Publicado: 02/05/2025

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito